

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.198 - PE (2019/0296444-3)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ROBERTA RODRIGUES PITANGA DE MACEDO - PE022714**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : WILLIANE ESTEFAN RODRIGUES DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de WILLIANE ESTEFAN RODRIGUES DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 0002604-22.2019.8.17.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi denunciada, juntamente com outro agente, pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, §2º, I e II, do Código Penal (roubo circunstanciado). Recebida a denúncia, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva dos acusados, tendo o mandado de prisão sido cumprido em 26/2/2019. Em 9/4/2019, o pedido de prisão domiciliar formulado em favor da paciente foi indeferido (fls. 94/95).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

**EMENTA: CONSTITUCIONAL - PENAL - PROCESSO PENAL - ROUBO MAJORADO - PLURALIDADE DE RÉUS - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CONFIGURADO - DECRETO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO - CONVERSÃO EM PRISÃO DOMICILIAR - INCABÍVEL - CRIME COMETIDO COM VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA - ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE.**

1. *As circunstâncias do crime e o modus operandi empregado na empreitada criminosa autorizam a segregação cautelar dos acusados, tendo sido demonstrado, embora que de maneira sucinta, a periculosidade dos integrantes da quadrilha e o risco que representam para a ordem pública.*

2. *Não se cuida, pois, de suposição desprovida de lastro empírico, mas de efetiva demonstração da necessidade da custódia cautelar fustigada para resguardar a ordem pública.*

3. *Quanto ao alegado excesso de prazo, não se verifica na espécie dilação prazal suficiente a autorizar o relaxamento da*

# Superior Tribunal de Justiça

prisão, tendo em vista que não se constata nos autos desídia por parte do juízo no trâmite da ação penal.

4. Não merece guarida o pleito de conversão da prisão preventiva em domiciliar, tendo em vista que a ação delituosa foi perpetrada com emprego de violência e grave ameaça, circunstâncias previstas no art. 318-A do CPP a fim de vedar o benefício almejado (fls. 122).

No presente writ o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo no encerramento do feito, salientando que a paciente está presa há mais de 6 meses, sem que tenha encerrada a instrução do processual.

Aponta ofensa ao princípio da razoabilidade e destaca não haver complexidade nos autos que justifique a delonga.

Pondera ainda que a paciente faz jus à prisão domiciliar, nos termos do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no HC Coletivo n. 143.641/SP, pois é genitora de duas crianças, sendo imprescindível aos seus cuidados.

Ressalta que a paciente conta com condições pessoais favoráveis.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura ou a prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora e ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar

# *Superior Tribunal de Justiça*

as informações pertinentes. Os informes deverão ser prestados, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator

